

# Manual de Proteção de Dados

LGPD COMENTADA

2021

Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme

**MANUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

LGPD COMENTADA

© ALMEDINA, 2021

AUTOR: Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556272061

Abril, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida  
Manual de proteção de dados: LGPD comentada /  
Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme. 1. ed.  
São Paulo: Almedina, 2021.

ISBN 978-65-5627-206-1

1. Direito
2. Proteção de dados – Direito – Brasil
3. Proteção de dados – Leis e legislação
4. Tecnologia I. Título

21-56084

CDU-342.721(094.56)

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Lei geral de proteção de dados: Direito à privacidade 342.721(094.56)

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/31 29

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

### PARTE I DO INÍCIO DA LGPD DO PROJETO E DA JUSTIFICATIVA DA LEI

- |    |  |    |
|----|--|----|
| 1. | Interpretação da Justificativa do Projeto de Lei nº 4.060/2012 | 17 |
| 2. | Análise do projeto e do histórico da Lei nº 13.709/2018        | 19 |

### PARTE II COMENTÁRIOS À LEI – ARTIGO POR ARTIGO

- |    |   |  |    |
|----|---|--|----|
| 1. | Disposições Preliminares  | Objetivo da Lei nº 13.709/2018                               | 23 |
| 2. | Bem jurídico protegido pela LGPD                                |  | 24 |
|    | 2.1.  | Do Entendimento Jurisprudencial sobre o bem jurídico da LGPD | 29 |
| 3. | Da aplicabilidade da LGPD                                       |  | 30 |
| 4. | Das exceções da LGPD  |  | 31 |
| 5. | Das definições de termos e de expressões trazidas pela LGPD     |  | 34 |
| 6. | Da eticidade e dos demais princípios norteadores da LGPD        |  | 39 |
| 7. | Das hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais     |  | 45 |
| 8. | Da forma de manifestação do consentimento pelo titular de dados |  | 54 |
|    | 8.1.  | Da análise da autonomia da vontade na LGPD                   | 62 |
| 9. | Do direito do titular ao acesso às suas informações             |  | 63 |

## MANUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

10. Do legítimo interesse do controlador	66
11. Do tratamento dos dados pessoais sensíveis	67
12. Dos dados anonimizados	72
13. Do tratamento de dados na realização de estudos em saúde pública	73
14. Do tratamento de dados de crianças e de adolescentes	75
15. Do término do tratamento dos dados	80
16. Da eliminação dos dados pessoais	82
17. Da titularidade dos dados pessoais das pessoas físicas	83
18. Dos direitos do titular dos dados pessoais	84
19. O meio que se confirma a existência ou acesso de dados pessoais	90
20. Do direito à revisão pelo titular em razão de decisões que afetem seus interesses	92
21. Da boa-fé na relação com a proteção de dados	95
22. Do exercício da defesa judicial, individual ou coletiva, dos titulares	96
23. Do tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público	101
24. Das regras para empresas públicas e/ou para sociedades de economia mista	105
25. Do formato interoperável dos dados	107
26. Do compartilhamento dos dados pessoais pelo Poder Público	108
27. Do informe à ANPD quando da transmissão de dados entre pessoas jurídicas	110
28. Item vetado	111
29. Do poder de polícia da autoridade nacional	111
30. Do eventual estabelecimento de resoluções para atividades de comunicação	112
31. Da responsabilidade por infração	113
32. Da publicitação de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais	113
33. Das hipóteses para a transferência internacional de dados	114
34. Da interpretação do nível de proteção de dados alienígenas	118
35. Das cláusulas modelo	118
36. Da comunicação à autoridade nacional	120
37. Dos agentes de tratamento de dados das pessoas naturais	121
38. Do poder da autoridade nacional sobre o controlador	122

39. Das delimitações jurídicas dadas ao operador	124
40. Dos padrões de interoperabilidade que podem ser dispostos pela ANPD	124
41. Da figura do <i>encarregado</i> para tratamento de dados pessoais	125
42. Da Responsabilidade Civil	127
43. Da exceção da responsabilidade civil	132
44. Do tratamento irregular das pessoas naturais	133
45. Nas relações jurídicas pautadas no CDC (Lei nº 8.078/90)	134
46. Da segurança e das boas práticas	134
47. Da garantia da informação prevista na LGPD	138
48. Da comunicação entre a autoridade nacional e o controlador	139
49. Dos sistemas utilizados para o tratamento de dados pessoais	141
50. Das práticas de governança corporativa	142
51. Do estímulo pela ANPD ao controle de dados por seu titular	145
52. Das Sanções Administrativas	146
53. Das sanções administrativas impostas pela autoridade nacional	152
54. Do valor da sanção de multa diárias	153
55. Da Autoridade Nacional de Proteção de Dados	154
56. Da autonomia técnica e decisória à ANPD	156
57. Da composição da ANPD	157
58. Da Diretoria da ANPD	157
59. Dos Membros do Conselho Diretor da ANPD	159
60. Do exercício do cargo perante a ANPD	159
61. Da estrutura regimental da ANPD	160
62. Dos cargos comissionados e as funções de confiança na ANPD	161
63. Das indicações a cargos na ANPD	162
64. Da competência da ANPD	162
65. Da aplicação das sanções previstas nesta Lei compete à ANPD	171
66. Das receitas da ANPD	171
67. Dos vetos em relação à ANPD	172
68. Do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade	174
69. Da composição do Conselho (CNPDPP)	175
70. Da Competência do CNPDPP	177
71. Das disposições finais e transitórias da LGPD	179
72. Da representação da empresa estrangeira	180
73. Das normas do INEP e da autoridade Nacional	180

## MANUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

74. Do estabelecimento de normas pela ANPD	181
75. Da sistemática normativa nacional	182
76. Da entrada em vigor	182

PARTE III  
ANÁLISE PRÁTICA

1. O que são dados?	187
1.1. Quais são os principais objetos de regulamentação da LGPD?	188
1.2. Mas o que vem a ser de fato o tratamento de dados?	188
2. E quem são aqueles que realizam o tratamento?	188
3. E quais são as regras para a realização do tratamento de dados?	190
4. Quais são os principais passos que o empresário deve seguir?	190
5. Que tipo de instrumento de tecnologia o empresariado pode se valer?	191
6. E há fundamentos e os princípios que respaldam a LGPD?	192
7. Quem é a ANPD?	192

PARTE IV  
ANEXOS

Anexo I – Modelos de termos de consentimento	197
Anexo II – Jurisprudência comunitária europeia	205
Anexo III – Índice de legislação relativa à proteção de dados pessoais	209
Anexo IV – Tabela comparativa: RGPD (europeu) e Lei nº 58/2019 (portuguesa)	211
Anexo V – Principais documentos publicados pela CNPD após a data de produção do RGPD	223
Anexo VI – Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no Poder Judiciário do Estado de São Paulo	227
REFERÊNCIAS	237